



ADVOCACIA : PRIMEIRO COLÉGIO DE PRESIDENTES E DELEGADOS(AS) DA CAA/MT TEVE INÍCIO EM CUIABÁ COM PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS DE TODO O ESTADO
Página 6

VICE-PRESIDENTE DA CAA/MT PARTICIPA DE CAFÉ DA MANHÃ EM HOMENAGEM ÀS MÃES ADVOGADAS
Página 7

VITÓRIA DA ADVOCACIA: Maioria do Supremo Tribunal confirma que honorários devem respeitar CPC

O Plenário do Supremo Tribunal Federal afastou a fixação de honorários de sucumbência por apreciação equitativa em processos que não envolvem a Fazenda Pública. Consequentemente, a definição dos honorários em ações desse tipo deve seguir o que define o Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). Os ministros decidiram, por maioria, ao analisar se havia ou não repercussão geral em um recurso extraordinário com agravo (ARE) contra um acórdão do TJ-RS (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul). A corte estadual havia reformado uma condenação ao pagamento de honorários de sucumbência fixados por equidade em processo que não envolve a Fazenda. **PÁGINA 8**



Foto: Antonio Augusto/STF

Primeira Turma define critérios objetivos para reconhecer dano moral coletivo em casos de lesão ambiental

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou sete critérios objetivos para a análise de situações de lesão ao meio ambiente que possam justificar a condenação por danos morais coletivos. **PÁGINA 12**

Simonetti anuncia ao Brasil que MT será sede da 1ª Conferência Nacional da Interiorização da Advocacia Brasileira



Foto: assessoria OAB

Advocacia de MT desenvolve ação para conscientizar crianças e adolescentes contra abuso e exploração sexual



Assessoria OAB/MT

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT) desenvolveu uma importante ação em maio com o projeto "OAB vai à Escola", em adesão à campanha Maio Laranja, que visa combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. **PÁGINA 9**

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, junto com a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, anunciou neste (16/6) durante a sessão do Conselho Federal que Mato Grosso sediará, em 2026, a 1ª Confe-

rência Nacional da Interiorização da Advocacia Brasileira. Esse evento faz parte de um projeto mais amplo da OAB que visa fortalecer e valorizar a advocacia em todo o país, onde quer que esteja. **PÁGINA 5**

Reprodução



**FRANCISCO
ANIS FAIAD**

Advogado e
Professor

A TERCEIRIZAÇÃO EM DEBATE NO STF

Está em debate no Supremo Tribunal Federal o Tema 725 que trata da legalidade da contratação de trabalhadores pelo regime de Pessoa Jurídica.]

Por ele, o trabalhador não é considerado empregado da empresa, e, para receber seus vencimentos (salário na verdade) emitem uma Nota Fiscal.

Com isso, pagam os impostos da emissão da nota, o ISS, devido às Prefeituras Municipais e, dependendo do valor, o Imposto de Renda.

As empresas se livram dos encargos trabalhistas, tais como décimo terceiro salário, férias com adicional de 1/3, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aviso prévio em caso de rescisão do contrato e INSS.

Entendo que para o empregador as vantagens são inúmeras.

Já para o trabalhador...

Acolher a forma autônoma de prestação de serviços, de um verdadeiro empregado, é violar o direito do trabalho e as regras de garantia que a Constituição, no seu artigo 7º, garantem.

Essa maneira de contratação encontrou eco na reforma trabalhista de 2017, quando ficou claro que as empresas poderiam terceirizar qualquer atividade, desde que garantam as devidas proteções aos trabalhadores envolvidos no processo.

Essa "qualquer atividade" gerou no Supremo o entendimento de que inclusive nas ativi-

dades fins das empresas, poderia o empregado ser contrato como terceirizado.

Importante ressaltar que antes da reforma trabalhista, apenas as atividades meio poderiam ser terceirizadas.

Por exemplo, num hospital, as atividades meio, tais como limpeza, conservação de aparelhos de ar condicionado, seguranças, telefonistas, poderiam ser terceirizadas.

Mas médicos, enfermeiros, gestores hospitalares, que constituem a atividade fim de um hospital, teriam que ser contratados como empregados.

A reforma permitiu tudo, causando um prejuízo aos empregados.

Daí o TST, verificando caso a caso os contratos de trabalho, entendeu que a legislação trabalhista e constitucional não poderiam ser burladas a torto e direito com base unicamente no entendimento do Supremo. E muitas vezes considerava a contratação como terceirizado como uma fraude ao contrato de emprego. Determinava a anotação na Carteira de Trabalho do empregado e o pagamento e todas as verbas trabalhistas.

Esse processo, ao chegar no STF, tinha a decisão reformada.

A insegurança jurídica passou a esgueirar-se no direito brasileiro.

Daí a decisão de se suspender todos os processos que tramitam no Brasil a respeito desse tema, para que os Ministros do Supremo

possam dar uma decisão única a todos eles.

Muito perigosa essa atitude.

No direito laboral vigora o princípio da realidade fática. O princípio da primazia da realidade, ou princípio da realidade dos fatos, no Direito do Trabalho, determina que a verdade dos fatos prevalece sobre a forma, ou seja, o que realmente acontece na prática, em relação à prestação de trabalho, deve ser considerado, mesmo que um contrato ou documento formal ateste o contrário.

Em outras palavras, o princípio significa que a realidade fática (o que ocorre na prática) deve ser prioritária em relação à forma documental ou contratual.

O juiz do trabalho deve analisar, caso a caso, se o trabalhador realmente era empregado ou tinha certa autonomia que pudesse ser caracterizado como terceirizado.

Quando o trabalhador é considerado terceirizado, autônomo, quem rege sua relação é o direito civil, não o do trabalho, ainda se revista de verdadeiro engodo para suprir direitos.

Por isso o perigo dessa decisão do Supremo vir a se aplicar em todos os casos, independentemente se sua singularidade e de eventuais fraudes.

O direito do trabalho não pode ser suprimido e abandonado.

Reprodução



**MÁRCIA
ALCÂNTARA**

Advogada,
especialista em
Direito Agrário e
do Agronegócio,
integrante do
escritório Celso
Cândido de Souza
Advogados,

Proprietários rurais temem insegurança jurídica após decisão do STF sobre desapropriação por crimes ambientais

Decisão do ministro Flávio Dino prevê desapropriação de terras onde houver desmatamento ou incêndios criminosos, com responsabilização dos proprietários. Advogada aponta riscos e incertezas para o setor produtivo

A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autoriza a desapropriação de terras onde forem constatados incêndios criminosos ou desmatamento ilegal, tem gerado forte apreensão entre produtores rurais de todo o país. O entendimento foi firmado em decisões na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 743, que visa reestruturar a política de prevenção e combate a incêndios no Pantanal e na Amazônia.

Pela nova interpretação, propriedades rurais que não cumprirem sua função social – que, segundo a Constituição, exige tanto produtividade quanto preservação ambiental – poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária. A decisão também impede que terras associadas a crimes ambientais sejam regularizadas e prevê ações de indenização contra os responsáveis.

A medida representa uma mudança profunda na relação entre produtores rurais e o Estado, trazendo insegurança jurídica e falta de clareza sobre sua aplicabilidade.

"Antes, quando havia uma infração ambiental, o produtor recebia uma notificação, podia ser autuado e tinha a possibilidade de firmar um Termo de Ajustamento de Conduta

(TAC) para reparar o dano. Agora, não há mais espaço para isso", explica.

A advogada destaca que os crimes ambientais vão além de grandes desmatamentos. Incluem, por exemplo, queimadas, captação de água sem outorga, descarte incorreto de embalagens de insumos agrícolas e até a retirada de vegetação sem autorização. "Dentre as 27 mil normas ambientais em vigor no país é difícil o produtor rural conseguir cumprir rigorosamente todas as regras. E agora, quem cometer qualquer irregularidade, ou até herdar uma terra com passivos ambientais, pode perder o imóvel", alerta Márcia.

Produtores em alerta e falta de critérios claros

Segundo ela, os produtores rurais, as associações de produtores rurais e as entidades de classes estão extremamente preocupadas com a decisão, principalmente porque não há definição dos critérios que serão usados para determinar a responsabilização. "Quem vai fiscalizar? Quem julga? Quais são os parâmetros? Isso não está claro. As omissões na decisão abrem espaço para interpretações perigosas", ressalta.

Márcia levanta ainda uma questão prática que reflete a insegurança no campo: se um produtor compra uma área de 100 alqueires e um crime ambiental ocorreu em apenas 1 alqueire dez anos atrás, a desapropriação atinge toda a propriedade ou só a parte afetada? "Até onde isso se expande? A decisão não especifica. Faltou bom senso. É como

se alguém cometesse um crime, cumprisse pena, e fosse condenado a nunca mais viver em sociedade. É desproporcional", critica.

A advogada também orienta os produtores a adotarem medidas preventivas, como registrar boletins de ocorrência sempre que houver qualquer indício de incêndio ou dano ambiental que não tenha sido causado por eles. "Se acontece uma combustão natural ou alguém joga uma bituca de cigarro na sua propriedade, é fundamental registrar o fato na polícia. Isso ajuda a demonstrar que você não foi o responsável. Mas sabemos que o poder público não tem estrutura para investigar todos os casos, então a responsabilidade recai, mais uma vez, sobre o produtor", observa.

Para Márcia, um dos principais problemas é que a decisão não veio acompanhada de contrapartidas dos órgãos públicos no sentido de apoiar e orientar os produtores na adoção de práticas preventivas. "Por que não fornecem máquinas para construção de aceiros? Por que não intensificam a educação ambiental no campo? Está tudo nas costas do produtor", questiona.

Ela defende que o Congresso Nacional discuta o tema com urgência e, se necessário, promova uma emenda constitucional que estabeleça os limites e condições para a aplicação desse entendimento do STF. "Não sou contra a preservação. Ela é fundamental. Mas é preciso equilíbrio. Não podemos simplesmente dizer: 'Não permito mais você regularizar, então vou tomar sua propriedade'. Isso não é justiça, é insegurança", conclui.

OS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL ADVOGADO MT.

POR: KEKA WERNECK
ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

Fechando um ciclo de quatro pos-
ses na região Norte, a presidente da
Ordem dos Advogados do Brasil - Sec-
cional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela
Cardoso, empossou, neste (21/05), o
advogado Nader Thomé Neto para con-
duzir, como presidente, pela ter-
ceira vez, a 16ª Subseção de Juína, que
engloba a advocacia de Aripuanã, Cas-
tanheira, Colniza, Cotriguaçu, Jurue-
na e Rondolândia.

“Estar presente em todas as pos-
ses representa o nosso compromi-
so com a advocacia mato-grossense,
com a advocacia do interior. Neste
nosso Estado de dimensões conti-
nentaís, estamos, desde fevereiro,
realizando todas as posesses, coinci-
dindo com os demais compromissos
que temos, nos movimentando, com
a diretoria e grandes comitativas, do
Norte ao Sul do Estado. E hoje em
Juína, venho reafirmar nosso com-
promisso com a advocacia e a defesa
intransigente das prerrogativas e essa
continuará sendo sem dúvida nenhu-
ma uma das nossas grandes bande-
iras. É 24h por dia, nos sete dias da
semana”, disse Gisela.

Ela lembrou que o ano começou
com o risco de ser cassada a voz do
advogado em oratória, mas a Ordem
dos Advogados levantou-se em luta
para garantir o direito da sustenta-
ção oral presencial nos tribunais. Em
outro episódio de tentativa de violação
de prerrogativas na corte superior, foi
autorizado que fossem lacrados ce-

Gisela Cardoso dá posse ao presidente Nader Thomé Neto para terceiro mandato



Reprodução

lulares de advogados que estivessem
participando de sessões de julgamen-
to, mas novamente a OAB agiu. “Assim
a advocacia segue firme, lutando por
suas prerrogativas, que na verdade
são do jurisdicionado, porque o intui-
to é garantir a entrega da prestação
jurisdicional”.

Gisela destacou as transforma-
ções da profissão, o uso da Inteligência
Artificial e demais ferramentas que já
auxiliam o exercício da advocacia, mas
preconizou que jamais substituam o
profissional, especialmente aquele que
sabe utilizá-las.

Ao presidente empossado, ela
desejou êxito nos projetos vindou-
ros, estendendo os cumprimentos ao
vice-presidente Wainer Williams De
Figueiredo Fortes, à secretária-geral

Carmem Lucia e Silva Prado, à secre-
tária-adjunta Kelli Cristini Panas He-
latczuk, ao tesoureiro Eugenio Barbo-
sa de Queiroz e à delegada da CAA-MT
Francimeyre Rubio Passos.

Em seu discurso de posse, Nader
lembrou as transformações da profis-
são, desde a epidemia do COVID-19, e
afirmou que, apesar das dificuldades,
a Ordem dos Advogados não parou.
Desde então, Juína recebeu sede nova
e tanto obteve conquistas, quanto ain-
da tem demandas a serem resolvidas.
“Temos muitos projetos realizados e
muito a realizar nesse triênio de 2025
a 2027”, resumiu.

Diretor da CAA-MT, Alex Onassis,
parabenizou todos os empossados e
desejou “uma gestão linda e calorosa
para toda a advocacia de Juína”. Colo-

cou a CAA-MT à disposição, inclusive
para trabalhar junto com a 16ª Subse-
ção, em importantes projetos.

A conselheira seccional por Juí-
na Karina Martins defendeu a união
da advocacia, “leveza” nos relaciona-
mentos e na condução de pautas em
comum.

Participaram da solenidade a pre-
sidente Gisela Cardoso, o vice-presi-
dente Giovane Santin, o tesoureiro
Max Ferreira Mendes, o presidente do
Tribunal de Defesa das Prerrogativas
(TDP), Pedro Neto, a presidente da
ESA-MT, Jamille Adamczyk, o diretor
da Caixa de Assistência Alex Onassis,
conselheiros seccionais, presiden-
tes de Subseções, o ex-presidente da
OAB-MT, Leonardo Campos, a advo-
cacia em geral e autoridades locais.

Juizes-membros oriundos da Advocacia e do Judiciário toma pose no TRE-MT

POR: KEKA WERNECK
ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

Presidente da Ordem dos Advoga-
dos do Brasil - Seccional Mato Grosso
(OAB-MT), Gisela Cardoso, participou,
neste (22/05), da sessão solene de pos-
se de quatro juizes-membros, oriun-
dos da Advocacia e do Judiciário, que
passarão a compor o Pleno do Tribu-
nal Regional Eleitoral de Mato Grosso
(TRE-MT).

Tomaram posse para a gestão
2025/2027 os advogados Pêrsio Oli-
veira Landim (juiz-membro titular –
categoria jurista); Raphael de Freitas
Arantes (juiz-membro titular – cate-
goria jurista) e Marcelo Alexandre Oli-
veira da Silva Morgado (juiz-membro
substituto – categoria jurista), bem
como o desembargador Luiz Octávio
Oliveira Saboia Ribeiro (juiz-membro
substituto – categoria desembargador).

Na sessão solene, Gisela ocupou o



Fotos: Victor Real/Josi Dias

dispositivo de honra, ao lado da presi-
dente do TRE-MT, a desembargadora
Serly Marcondes Alves, do vice-presi-
dente e corregedor regional eleitoral,
o desembargador Marcos Henrique
Machado, e demais autoridades.

“É com grande honra que a Ordem
dos Advogados do Brasil – Seccional
Mato Grosso participa desta soleni-
dade de posse dos novos juizes que,

oriundos da advocacia, passam a inte-
grar o Egrégio Tribunal Regional Elei-
toral. A escolha de juristas para compor
o TRE é expressão do compromisso
da Constituição com uma Justiça plu-
ral, em que a advocacia, como função
essencial à administração da justiça,
contribui diretamente para o fortale-
cimento da democracia. Não se trata
apenas de representar a classe, mas de

defender, a partir da ótica do Direito e
da experiência prática da advocacia, a
legalidade, a ética e a vontade soberana
do povo”, destacou Gisela.

Segundo ela, a OAB-MT sente-se
representada por nomes que traduzem
o espírito público, a competência técni-
ca e o equilíbrio que este tribunal exige.

“Vocês assumem esta nobre mis-
são em um cenário desafiador, em que
as instituições precisam, mais do que
nunca, reafirmar seu compromisso com
a Constituição, com a verdade e com a
confiança da sociedade”, salientou.

“Desejo a todos uma gestão de sa-
bedoria, coragem e justiça. Que vossa
atuação honre a advocacia e engrande-
ça a Justiça Eleitoral de Mato Grosso”.

Por fim, Gisela colocou a OAB-MT
como parceira, de forma vigilante e co-
laborativa, pronta para contribuir com
o aprimoramento das instituições, com
a lisura dos pleitos e com a defesa in-
transigente dos direitos fundamentais.

Em Sinop, Gisela Cardoso empossa presidente Reginaldo Monteiro de Oliveira para a gestão 2025/2027



Fotos: Victor Real

POR: KEKA WERNECK
ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

Na noite deste (20/5) foi de posse na 6ª Subseção de Sinop, em uma cerimônia prestigiada pela advocacia de todo o Estado e autoridades.

Desejando muito sucesso, a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, empossou o presidente Reginaldo Monteiro de Oliveira com a sua diretoria para a gestão da segunda maior Subseção do Estado no período de 2025 a 2027.

Gisela saudou os presentes e, vendo tantas mulheres que hoje são lideranças da advocacia mato-grossense, memorou um acontecimento de anos atrás, quando na conferência da mulher advogada em Sinop, ainda era presidente da Comissão da Mulher Advogada e percebeu o dispositivo tomado por homens, com as mulheres assistindo.

“A eles perguntei o por quê de não terem advogadas em suas diretorias e a elas perguntei quando íamos deixar a plateia e entrar no jogo. E a resposta

veio, desde então temos visto as mulheres participando cada vez mais da OAB de Mato Grosso, e isso é fruto do trabalho de todas nós e também dos homens que acreditam que a igualdade representa realmente a democracia”.

Gisela também falou sobre a importância da renovação constante nos quadros da Ordem e da cada dia mais significativa representação do interior. “Afim, somos uma advocacia una e assim devemos nos manter, porque tudo que se divide se enfraquece e unidos seremos sim cada vez mais respeitados”.

Por fim Gisela também memorou que, quando conheceu o presidente empossado, Reginaldo Monteiro de Oliveira, logo percebeu seu amor pela advocacia. “Então, fica aqui meu reconhecimento e meu compromisso, e sim caminharemos juntos, em prol da advocacia da 6ª Subseção, com tudo que ela precisa para seguir em frente”, reforçou a presidente da Seccional, estendendo as congratulações à vice-presidente Mayara Tonett Galiassi Scheid Weirich, à secretária-geral Elia-

na Aparecida de Souza, ao secretário-adjunto John Lincoln Santos Teixeira, a tesoureira Daniele Souza Anjos Alexandre e ao delegado da CAA-MT, Marcio Silva da Costa.

O presidente da CAA-MT, Rodrigo Araújo, também desejou êxito aos empossados e colocou a Caixa à disposição. “Junto com o delegado empossado Marcio, vamos entregar à advocacia local benefícios, convênios, eventos e atividades que promovam a união na 6ª Subseção, pois a advocacia unida torna a OAB mais forte e a OAB forte é capaz de enfrentar todos os desafios especialmente aqueles enfrentados para garantir prerrogativas”.

Para o presidente empossado, Reginaldo Monteiro de Oliveira, a solenidade de posse foi um momento de reafirmar o compromisso com a advocacia, com a sociedade e os valores que regem a profissão.

Ele também ressaltou que a Ordem dos Advogados do Brasil é muito maior do que quaisquer propósitos pessoais, pela sua importância para a advocacia e a sociedade.

Conselheira seccional por Sinop, Angélica Rodrigues Maciel Felizardo, preconizou, para dentro da OAB, o diálogo, a escuta e o respeito e realçou, parafraseando a ministra do STF, Carmem Lúcia, que “onde há medo, não há liberdade”.

Xênia Guerra, ex-presidente da OAB Sinop, destacou o legado que deixou na última gestão e expressou que a parte mais importante dele não pode ser materializado, nem é palpável: que é a união da advocacia sinopense. “Sinop exala a força da advocacia”.

Participaram da solenidade a presidente Gisela Cardoso, o vice-presidente Giovane Santin, o tesoureiro Max Ferreira Mendes, o secretário-geral Josemar Carmerino dos Santos, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Pedro Neto, a presidente da ESA-MT, Jamille Adamczyk, a vice presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), Gabriela Correia, o conselheiro federal Eduardo Marçal, e diversos conselheiros seccionais, presidentes de Subseções, a advocacia em geral e autoridades locais.

Governador sanciona lei de cadastros de pedófilos e agressores em MT: “avanço na proteção do mais vulnerável”

REDAÇÃO JA
COM INFORMAÇÕES DA SECOM-MT

O governador Mauro Mendes sancionou, nesta sexta-feira (23.5), a lei que altera dispositivos do Cadastro Estadual de Pedófilos do Estado de Mato Grosso e do Cadastro Estadual de Condenados por Crime de Violência contra a Mulher.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) deverá regulamentar a criação, atualização e acesso aos cadastros, que, após a regulamentação, ficarão disponíveis no site da Sesp.



Reprodução

“Essa lei é um avanço na proteção de quem está mais vulnerável. O cidadão tem o direito de saber se determinada pessoa possui conde-

nação por violência sexual contra mulheres ou crianças, até mesmo na hora de fazer uma contratação ou qualquer outro tipo de aproximação.

É mais um instrumento para prevenir a reincidência desses crimes tão bárbaros”, afirmou o governador.

A lei altera duas leis já existentes (nº 10.315 /2015 e nº 10.915/2019) para se adequar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de validar a criação dos cadastros, desde que os inscritos se restrinjam às pessoas com condenações transitadas em julgado (sem possibilidade de recurso).

Os cadastros serão de acesso público e conterão a relação de nomes de pessoas condenadas por crimes contra

a dignidade sexual envolvendo menores, ou de quaisquer crimes de violência praticadas contra a mulher, dentro do território mato-grossense.

Nos cadastros ficarão disponíveis o nome completo, CPF, data de nascimento, tipificação penal do crime, data da condenação e órgão julgador dos agressores. Os dados das vítimas permanecerão em sigilo.

No caso dos condenados por violência contra mulheres, a lei proíbe a nomeação em cargos do Executivo Estadual.

A lei será publicada em Diário Oficial do Estado.

A primeira mulher à assumir a presidência da 20ª Subseção, Lindamir Macedo de Paiva toma posse com a diretoria



Fotos: Victor Real

POR: KEKA WERNECK

ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

A primeira mulher a assumir a presidência da 20ª Subseção de Juara, Lindamir Macedo de Paiva, foi empossada na manhã desta quarta-feira (21), pela presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, em uma cerimônia marcada pela emoção e a defesa da equidade de gêneros.

Gisela destacou que Lindamir faz história, bem como a conselheira seccional Jaqueline Piovesan, que também é a primeira mulher a cumprir essa missão pela 20ª Subseção.

“Que momento histórico,

a primeira mulher a presidir a OAB de Juara, na gestão 2025/2027, e a primeira conselheira seccional da Subseção. No Estado, pela primeira vez o Colégio de Presidentes é majoritariamente feminino. Essa é uma conquista, fruto de uma luta de todas nós. E quero aqui deixar registrado que, quando me candidatei à presidente da OAB-MT, ouvi muitas frases, que configuram violência de gênero, tais como ‘não voto em você, porque você é mulher e a advocacia não está preparada para ser presidida por uma mulher’. Mas eu persisti e agora compartilho com vocês todos esses enfrentamentos, mas também a alegria de es-

tarmos em um outro momento, de mulheres que se levantam, cientes de que a igualdade de gêneros é a melhor opção para nós e a democracia. Momento de combater a discriminação e violência de gênero, porque essa é a sociedade que queremos”, disse Gisela.

Aos empossados, Gisela desejou êxito e deu os parabéns à presidente Lindamir Macedo de Paiva, ao vice-presidente Marcelo Junior Gonçalves, ao secretário-geral Magaiver Baesso dos Santos, à secretária-adjunta Thais Machado De Souza, à tesoureira Nathalia Messias Junglaus e ao delegado da CAA-MT, Bruno Ricardo Barela Lori.

Em seu discurso, a presidente empossada Lindamir Macedo, relatou que, quando decidiu colocar seu nome à disposição de Juara, também ouviu que “ainda não era o momento de uma mulher estar à frente da Subseção”. Porém, por amor à advocacia e incentivada pelos amigos foi adiante. “É importante que a gente entenda que sempre haverá pessoas a nos aplaudir e, por outro lado, a nos desmotivar, desmerecer tudo aquilo que conquistamos, sem sobrenome conhecido, sem apadrinhamento, somente com suor, valores e lealdade”, salientou.

Para ela, a mulher em espaços decisivos, “não é apenas

símbolo de progresso, mas sim necessidade imperiosa, em um mundo que busca Justiça e igualdade”. Por essa razão, salientou que o combate à violência de gênero e a valorização da mulher em espaços de destaque serão pilares em sua gestão. “A advocacia é um campo em que a voz da mulher deve ecoar com força, pois somos agentes de transformação social e nisso a Ordem dos Advogados tem um papel fundamental que vem desempenhando com afinco. Prova disso é a presidente Gisela, à frente da nossa Seccional, que não tem medido esforços para propagar o direito da mulher estar onde quiser”.

Participaram da solenidade a presidente Gisela Cardoso, o vice-presidente Giovane Santin, o tesoureiro Max Ferreira Mendes, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Pedro Neto, a presidente da ESA-MT, Jamille Adamczyk, o diretor da Caixa de Assistência Alex Onassis, conselheiros seccionais, presidentes de Subseções, o ex-presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a advocacia em geral e autoridades locais.

Simonetti anuncia ao Brasil que MT será sede da 1ª Conferência Nacional da Interiorização da Advocacia Brasileira

REDAÇÃO JA

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, junto com a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, anunciou neste (16/6) durante a sessão do Conselho Federal que Mato Grosso sediará, em 2026, a 1ª Conferência Nacional da Interiorização da Advocacia Brasileira.

Esse evento faz parte de um projeto mais amplo da OAB que visa fortalecer e valorizar a advocacia em todo o país, onde quer que esteja.

“É com grande satisfação que anuncio ao Brasil que a advocacia brasileira vivenciará um momento histórico com a realização da 1ª Conferência Nacional da Interiorização da Advocacia Brasileira. Em diálogo com a presidente Gisela, a diretoria decidiu que Mato Grosso merecia ser a primeira sede deste importante evento, e por isso estamos aqui para fazer esse anúncio, ao lado dela, parabenizando toda a advocacia mato-



Foto: assessoria OAB

-grossense. Nos vemos em Mato Grosso!” afirmou Simonetti.

Gisela, por sua vez, expressou sua felicidade em receber essa iniciativa inovadora. “Recebo com muita alegria

a confirmação do presidente Simonetti sobre o evento em nosso estado. Essa notícia é uma grande conquista que demonstra a relevância da nossa Seccional e reforça a luta por uma advocacia unida

e forte em todo o Brasil.”

O anúncio já havia sido feito anteriormente em Cuiabá, durante a abertura do I Colégio de Presidentes de Seccionais da OAB-MT e Delegados da CAA-MT, no dia 5 de junho, pelo então presidente do CFO em exercício, Felipe Sarmiento, e pelo coordenador do Colégio de Presidentes de Seccionais, Rafael Lara, que também participaram do evento.

“Agora, a fala de Simonetti no órgão máximo de nossa instituição reafirma a importância deste evento, e começaremos a nos organizar para receber a advocacia de todo o Brasil em nossa calorosa terra. Tenho certeza de que será uma experiência marcante e um novo marco para a advocacia brasileira”, declarou Gisela.

Os conselheiros federais de Mato Grosso presentes na sessão do CFO, Fernanda Brandão, Eduardo Marçal e Kamila Michiko, também celebraram e aplaudiram o anúncio.

ADVOCACIA : Primeiro Colégio de Presidentes e Delegados(as) da CAA/MT teve início em Cuiabá com participação de lideranças de todo o Estado



Reprodução

POR: FABIANA PRADO
ASSESSORIA CAA/MT

Evento evidencia o trabalho realizado no 1º semestre da gestão 2025/2027 da Caixa de Assistência e busca ampliar benefícios à advocacia mato-grossense

Com a presença dos delegados das Subseções, teve início neste (05/06), em Cuiabá, o I Colégio de Presidentes de Subseções e Delegados (as) da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT), gestão 2025/2027. Promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) e pela CAA/MT, o evento vai alinhar as pautas que são de

interesse da advocacia em todo o Estado.

“Este é um dos momentos mais importantes da nossa atuação, pois representa a oportunidade de cada delegado(a) e presidente de subseção apresentar as demandas de suas regiões. Ao longo desses dois dias, nosso objetivo é debater pautas relevantes e sair daqui com a certeza de que fizemos o nosso melhor para contemplar toda a advocacia do Estado. Ao final deste Colégio, queremos sair fortalecidos, com soluções concretas, novos serviços e ainda mais benefícios para toda a classe”, destacou Rodrigo Araújo, presidente da CAA/MT.

A presidente da OAB-MT,

Gisela Cardoso, falou sobre a importância do Colégio e destacou o compromisso da gestão com a advocacia de todo o Estado. “O principal compromisso dessa gestão com a advocacia é o trabalho de constante fortalecimento da nossa profissão, por meio de uma atuação participativa, com união entre a advocacia de todo o Estado, sem barreiras ou distinções de capital e interior. As proposições que serão feitas neste Colégio serão faróis para auxiliar a gestão e ao conselho seccional na tomada de decisões que guiarão a OAB-MT”, enfatizou.

O presidente em exercício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Bra-

sil (CFOAB), Felipe Sarmento, ressaltou a importância de iniciativas como essa para o fortalecimento da advocacia.

“Eventos como este são essenciais para o fortalecimento da advocacia, pois representam espaços com uma missão institucional clara: ouvir as diferentes realidades, conhecer as demandas regionais e construir, de forma colaborativa, estratégias eficazes de atuação. As subseções são verdadeiras forças motrizes do nosso sistema, permitindo uma conexão direta com a advocacia. A cada delegado(a), deixo meu reconhecimento pela atuação dedicada e pelo compromisso com uma OAB mais solidária,

humana e acessível”, destacou.

Durante o evento, a vice-presidente Thaís Brazil e a secretária-adjunta Fabiani Dall Alba anunciaram duas importantes conquistas para a advocacia, como o acesso à plataforma Wellhub, conhecida como Gympass. Além disso, o serviço de telemedicina que passa a incluir atendimentos nutricionais e psicológicos.

Participaram também da solenidade de abertura o secretário-geral da CAA/MT, Alex Onassis, o tesoureiro Vinicius Tanaka e os diretores Caio Manoel, Edison Júnior, Paula Teibel, Renata Cintra e Roberta de Arruda, além de delegados(as) e autoridades da advocacia em geral

Campanha de vacinação contra a gripe da CAA/MT continua em Cuiabá

REDAÇÃO JA

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) informam que a campanha de vacinação trivalente contra a gripe continua em Cuiabá até o dia 30 de junho.

A imunização, foi retomada neste (16/6), é gratuita para advogados(as) e estagiários(as) adimplentes. Já os dependentes, limitados a até três por beneficiário, podem receber a vacina pelo valor de R\$ 39,90 por pessoa.

“A continuidade da campanha em Cuiabá reforça o compromisso da CAA/MT com a saúde e o bem-estar



da advocacia mato-grossense. A alta adesão que tivemos até aqui mostra o quanto essa iniciativa é necessária e valorizada pela nossa classe”, destaca

o presidente da Caixa de Assistência, Rodrigo Araújo.

A vacinação é realizada na Clínica Saúde Livre – Unidade Bosque da

Saúde, das 8h às 17h30.

As compras devem ser realizadas no site oficial da Caixa. É essencial que os dados cadastrais estejam atualizados junto à Seccional para efetivação da compra. O pagamento poderá ser feito via cartão de crédito ou Pix diretamente no site.

No momento da aplicação, tanto o(a) advogado(a) ou estagiário(a) quanto seus familiares deverão apresentar um documento original de identificação, além do comprovante de compra da vacina, que será enviado por e-mail após a confirmação da compra e disponibilizado no sistema de compra da vacina em área específica.

Ampliação de benefícios e uso de tecnologias como IA são indicações em 1º Colégio de Delegados(as) da CAA/MT

POR: FABIANA PRADO
ASSESSORIA CAA/MT

Evento de integração entre diretoria e delegados(as) contou com apresentação de conquistas e planejamento de novas ações para a advocacia

Os delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) concluíram o I Colégio de Presidentes de Subseções e Delegados (as) desta gestão 2025/2027, em Cuiabá, com a indicação de ampliação dos benefícios que são garantidos à advocacia e a recomendação de implementar ações como novas linhas de crédito, planos de saúde e o fomento de convênios que contemplem ferramentas de inteligência artificial.

O Colégio, realizado nos dias 5 e 6 de junho, foi marcado pela presença do presidente em exercício da OAB Nacional, Felipe Sarmento, do coordenador do Colégio de Presidentes de Seccionais e presidente da OAB-GO, Rafael Lara, além de representantes da advocacia de todo o Estado. O encontro proporcionou a troca de experiências, a apresentação da prestação de contas referente ao primeiro semestre de 2025, o debate de pautas relevantes para a classe e o estabelecimento de metas para os próximos anos.

A diretoria da CAA/MT conduziu o Colégio com a presença do presidente Rodrigo Araújo, a vice-presidente Thaís Brazil, o secretário-geral Alex Onassis, a secretária-adjunta Fabiani Dall Alba, o tesoureiro Vinicius Tanaka, e os di-



Reprodução

retores Caio Manoel, Edison Júnior, Paula Teibel, Renata Cintra e Roberta de Arruda.

“Cada detalhe foi pensado com carinho para recebê-los, porque entendemos o quanto este momento é importante. A palavra que define este Colégio é união, pautada pelo respeito mútuo entre a diretoria e os(as) delegados(as). A Caixa é o braço social da OAB-MT, e temos a responsabilidade de levar aos advogados(as) benefícios, convênios e vantagens que façam a diferença no dia a dia da nossa profissão”, destacou Rodrigo Araújo, presidente da CAA/MT.

Entre os temas apresentados pelos(as) delegados(as) das Subseções durante o primeiro Colégio, estiveram

em destaque propostas e demandas como: desconto de 20% em energia solar, ampliação da Certificação Digital, bolsa maternidade, projetos voltados à saúde mental, novos planos da Unimed Cuiabá, linhas de crédito, implantação de auxílios na área da saúde, uso de inteligência artificial, além da busca por maior autonomia financeira para os(as) delegados(as), entre outros assuntos relevantes. Também foram discutidos eventos futuros, como a 12ª Corrida da Advocacia, entre outras iniciativas de integração e bem-estar da classe.

Durante o evento, a CAA/MT anunciou importantes inovações voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida da advocacia. Entre as novidades, destaca-se

o acesso à plataforma Wellhub, conhecida como Gympass, e a ampliação dos atendimentos oferecidos pela plataforma Advmed, que agora inclui serviços com psicólogos e nutricionistas. Além disso, a ZF Comunicação apresentou a nova identidade visual da Caixa: uma marca mais forte, integrada e conectada com os valores da atual gestão.

“Esse foi um dos momentos mais significativos de nossas trajetórias, pois conduzimos a principal reunião da advocacia mato-grossense no âmbito social. Foi um encontro marcado pelo respeito, pelo diálogo e pelo acolhimento, em que pudemos conhecer mais de perto a realidade de cada colega. Tivemos a participação de quase todos os(as) delegados(as), inclusive da delegada Indyara Cavalcante, da Subseção de Vila Rica, que percorreu 1.200 km para estar presente neste Colégio. Que possamos repetir experiências como essa, fortalecendo nossos laços e promovendo, cada vez mais, a união da advocacia”, concluiu o presidente.

Participaram do Colégio os(as) delegados(as) e representantes: Camila Mendes, Mauro Junior, Anny Montanari, Luis Felipe, Viviane Couto, Aparecida Siculo, Abigailton Junior, Juliana Sponchiado, Nagilce Xavier, Jessé Candini, Adriano Paulino, Aline Oliveira, Paulo Silva, Francimeyre Passos, Fabrício Picoli, Aliciane Lopes, Bruno Iori, Clarice Bagnara, Janice Campos, Daiane Caetano, Clair Scheuerman, Eduardo Stefani, Gabriela Heinsch, Indyara Cavalcante, Larisse Resende e Fernando Silva.

Vice-presidente da CAA/MT participa de café da manhã em homenagem às mães advogadas

POR: FABIANA PRADO
ASSESSORIA CAA/MT

Caixa reforça seu compromisso com o apoio às mães advogadas por meio do evento “Mães Protagonistas: Café e Arte”, promovendo valorização, integração e reconhecimento

A vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) e membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB-MT, Thaís Brazil, participou do evento “Mães Protagonistas: Café e Arte”, promovido em homenagem ao Dia das Mães. A iniciativa, realizada neste (31.05), foi organizada pela Comissão, em parceria com a Caixa. O encontro ocorreu no saguão da sede OAB-MT e reuniu diversas advogadas em um



Reprodução

momento especial de celebração, reflexão e valorização do protagonismo feminino na advocacia e na sociedade.

“A valorização das mães advoga-

das é de suma importância para Caixa, pois reconhecemos os desafios que as mulheres enfrentam no exercício da advocacia, principalmente

sendo mães. Por isso, nossa atuação é voltada para valorizar, apoiar e garantir que as advogadas sejam respeitadas, reconhecidas e tenham condições adequadas para conciliar suas múltiplas responsabilidades”, destacou Thaís Brazil.

A programação foi cuidadosamente pensada para proporcionar uma experiência completa às participantes. Elas foram recepcionadas com um delicioso café da manhã, seguido por uma visita guiada pelas instalações da OAB-MT, realizada em companhia dos filhos. Em seguida, as crianças se divertiram em uma oficina de terrários, além de participarem de atividades recreativas, garantindo momentos de lazer, aprendizado e conexão para toda a família.

Com diplomação de representantes de MT, evento une advocacia brasileira para preservar direitos da classe

REDAÇÃO JA

COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA
DE IMPRENSA OAB-MT

O exercício pleno da advocacia, a preservação de direitos da classe, honorários. Essas questões prioritárias para a advogados e advogadas se destacaram no debate que reuniu a advocacia brasileira em um evento nacional, nesta quarta-feira (28), em Brasília, com a participação efetiva de Mato Grosso: o Encontro Nacional de Prerrogativas, conduzido pelo procurador nacional de Defesa das Prerrogativas, Alex Sarkis.

Entre as demais pautas, destacaram-se também o atendimento à advocacia previdenciária junto ao INSS, o que tem gerado insatisfações, e o Cadastro Nacional de Violadores de Prerrogativas, para que esteja em maior evidência, recebendo a devida divulgação e utilização, tanto para incluir os violadores, quanto para as Seccionais observarem quando dos pedidos de inscrição, conforme determina Resolução n. 219/2023 do CFOAB, em seu 15º artigo.

“Os Conselhos Seccionais, obrigatoriamente, consultarão o Registro Na-



Divulgação/Assessoria

cional de Violações de Prerrogativas - RNVP - na análise de todos os pedidos de inscrição. § 1º Havendo registro do interessado no RNVP, caberá ao órgão competente pela seleção e inscrição, nos termos das normas locais e da Súmula n. 6/2018 do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, suscitar a inidoneidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o disposto no art. 8º, § 3º, da Lei n. 8.906/94. § 2º É vedada a participação

do(a) agravante/violador(a) como palestrante ou homenageado(a) em atos ou eventos da OAB.”

DIPLOMAÇÃO

No evento, o conselheiro federal da OAB-MT, Breno Miranda, recebeu a diplomação como procurador adjunto nacional de honorários e a conselheira federal Kamila Michiko, adjunta nacional de Prerrogativas. “Dois cargos de grande responsabilidade que coloca a

advocacia mato-grossense em destaque”, parabeniza a presidente Gisela Cardoso.

Participou do encontro o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, da OAB-MT, Pedro Neto. “Nosso trabalho é conjunto e 24 horas por dia, sete dias na semana, não para, então precisamos de união e nesse momento percebemos essa causa nos une em todo o país”, destacou Neto.

Prestigiando o encontro, o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, anunciou a implementação da Escola de Prerrogativas, uma iniciativa da Escola Superior de Advocacia Nacional (ESA Nacional). Segundo ele, a ideia foi apresentada pelo presidente e pela

copresidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, Pedro Paulo Medeiros e Patrícia Vanzolini.

“Trata-se de uma oportunidade para que todos os mais de um milhão de advogados brasileiros possam integrar esse curso e se inteirar cada vez mais dos seus direitos, dos seus deveres, das suas obrigações, mas, sobretudo, aprender a defender as suas prerrogativas”, ressaltou Beto Simonetti.

VITÓRIA DA ADVOCACIA: Maioria do Supremo Tribunal confirma que honorários devem respeitar CPC

POR: MATEUS MELLO
CONJUR

O Plenário do Supremo Tribunal Federal afastou a fixação de honorários de sucumbência por apreciação equitativa em processos que não envolvem a Fazenda Pública. Consequentemente, a definição dos honorários em ações desse tipo deve seguir o que define o Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015),

O ministros decidiram, por maioria, ao analisar se havia ou não repercussão geral em um recurso extraordinário com agravo (ARE) contra um acórdão do TJ-RS (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul). A corte estadual havia reformado uma condenação ao pagamento de honorários de sucumbência fixados por equidade em processo que não envolve a Fazenda.

Por 6 votos a 5, o colegiado entendeu que não havia repercussão geral



Foto: Antonio Augusto/STF

no recurso porque, ante ausência da Fazenda no processo, ele não trata de matéria constitucional. Tiveram esse entendimento os ministros Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Ed-

son Fachin, Nunes Marques e André Mendonça.

O relator do processo, ministro presidente Luís Roberto Barroso, se manifestou pelo reconhecimento da

repercussão geral, mas ficou vencido. Foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

VITÓRIA DA ADVOCACIA

Em nota publicada nesta sábado (31/5), a Ordem dos Advogados do Brasil considerou a decisão do STF uma vitória da advocacia.

“A fixação de honorários segundo os critérios do CPC é uma garantia de respeito à dignidade da advocacia. Essa definição do STF reforça a valorização do nosso trabalho e protege a previsibilidade da remuneração da classe, que é essencial à boa prestação da Justiça. A OAB atuou com firmeza nesse processo, porque defender os honorários é defender as prerrogativas profissionais e a própria cidadania”, disse o presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti.

ARE 1.503.603

HORA DE LIBERAR: Alexandre sugere revogar suspensão de processos sobre revisão da vida toda

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, votou, nesta sexta-feira (6/6), para revogar a suspensão dos processos que tratam da chamada revisão da vida toda. Ele se manifestou a favor disso em julgamento de embargos de declaração no recurso original sobre o tema. A sessão virtual terminou na próxima sexta (13/6).

Alexandre ainda sugeriu cancelar a (já superada) tese de repercussão geral fixada em 2022 e adequá-la ao novo entendimento da corte contrário à revisão, definido no último ano.

Em dezembro de 2022, no julgamento de um recurso extraordinário (RE), o STF decidiu que os aposentados podem usar todas as contribuições previdenciárias para calcular os valores de seus benefícios, o que inclui aquelas recolhidas antes do Plano Real, de 1994. Essa tese ficou

conhecida como revisão da vida toda.

Na sequência, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentou os embargos, nos quais pediu a modulação dos efeitos, para que a decisão se aplicasse apenas para o futuro.

Em julho de 2023, Alexandre, relator do RE, determinou a suspensão de todos os processos que tratavam do tema. Ele constatou decisões de Tribunais Regionais Federais que ordenavam a implantação imediata da revisão – antes, portanto, do trânsito em julgado do caso no STF.

Já em dezembro daquele ano, Alexandre pediu destaque para levar o julgamento dos embargos a uma sessão presencial.

Mas, em março de 2024, o STF voltou atrás e decidiu que a revisão da vida toda não é válida. A decisão ocorreu em outras duas ações diretas

de inconstitucionalidade (ADIs) sobre o tema, e não no RE julgado em 2022.

No último mês de abril, a Corte ainda modulou a nova decisão e definiu que valores recebidos por aposentados com base na revisão da vida toda até abril de 2024 (quando foi publicada a ata do julgamento que barrou a tese) não precisam ser devolvidos.

Agora, os embargos do INSS no RE voltaram à pauta virtual. No novo voto, Alexandre explicou que é necessário adequar o julgamento do RE à decisão tomada nas ADIs.

Devido à mudança de entendimento do STF, ele indicou que as questões levantadas nos embargos ficaram “prejudicadas”.

Voto de Alexandre

RE 1.276.977

Fonte: Consultor Jurídico



Reprodução

Advocacia de MT desenvolve ação para conscientizar crianças e adolescentes contra abuso e exploração sexual

REDAÇÃO JA

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT) desenvolveu uma importante ação em maio com o projeto “OAB vai à Escola”, em adesão à campanha Maio Laranja, que visa combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. O dia 18 de maio foi destacado como o Dia D da campanha.

Uma equipe de advogados visitou escolas estaduais em Cuiabá para dialogar com alunos e a comunidade escolar sobre esse tipo de crime, que ocorre de diversas formas, tanto no mundo real quanto na internet.

As atividades foram marcadas por momentos sérios, mas também divertidos, como o bingo interativo que ocorreu após as palestras. Essa brincadeira pedagógica, que ofereceu prêmios simbólicos como chocolates, teve como objetivo reforçar de forma lúdica as informações transmitidas. Segundo a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, “OAB vai à Escola” é um dos projetos mais significativos e preventivos da instituição.

Gisela ressaltou a importância de sensibilizar os jovens: “É uma esperança de mudança na sociedade, a partir de cada criança e



Assessoria OAB/MT

adolescente que participa de nossas palestras. Após essa experiência, todos saíram mais informados e orientados sobre o combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil.”

A iniciativa contou com a colaboração da Comissão de Infância e Adolescência da OAB-MT (CIJ) e da Comissão da Jovem Advocacia (COJAD). A presidente da CIJ, Cintia Nagila Santos Pinheiro, explicou

que o Maio Laranja é uma campanha de conscientização nacional e que este ano, a OAB decidiu levar essa mensagem às escolas. “Muitos jovens não sabem como se proteger ou a quem recorrer, devido ao tabu em torno do tema. Levamos informações essenciais e ouvimos denúncias, dando o encaminhamento necessário. As palestras são fundamentais.”

Juliana Teodoro, coordenadora

do projeto e membro da COJAD, reforçou a relevância da abordagem de temas sensíveis. “Muitas crianças e adolescentes não têm informações adequadas em casa e podem reproduzir comportamentos violentos. A conscientização é uma semente essencial para seu desenvolvimento.”

Ao todo, aproximadamente 720 alunos da rede estadual e 50 integrantes do Rotary aprenderam que crescer livres de violência é um direito. Conheceram o caso emblemático de Araceli, uma menina de 8 anos assassinada em 1973, que gerou reflexões sobre a necessidade de punições mais rigorosas. Também receberam orientações sobre consentimento, a importância de dizer não, sinais de abuso e onde buscar ajuda.

Além disso, as palestras da OAB-MT alcançaram 160 servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, que atuam na atenção primária. Os representantes da OAB-MT nas palestras incluíram Cintia Nágila Santos Pinheiro, Luciana Borges Moura Cabral, Carolina Del'Isola Ramos Frantz e as advogadas Larice Cristina da Silva, Géssica de Paulo Coelho, Jessika Oracio Silva e Roberta de Arruda Chica.

O MOSQUITO SÓ QUER UMA DISTRAÇÃO PARA ENTRAR NA SUA VIDA.

mt.gov.br



govmatogrosso



▶ **VOCÊ JÁ SABE O QUE FAZER, NÃO DÊ CHANCE PARA O MOSQUITO** ◀



RETIRE ÁGUA
ACUMULADA
EM VASOS
DE PLANTAS



GUARDE GARRAFAS
SEMPRE DE CABEÇA
PARA BAIXO



MANTENHA
CAIXAS D'ÁGUA
E PISCINAS
COBERTAS



MANTENHA
AS LIXEIRAS
BEM FECHADAS



GUARDE PNEUS
SEMPRE
COBERTOS

▶ **EM CASOS MAIS GRAVES, A DENGUE
E A CHIKUNGUNYA PODEM MATAR.
SE TIVER ALGUM SINTOMA,
PROCURE UMA UNIDADE DE SAÚDE.**



**Governo de
Mato
Grosso**

Colégio de Presidentes discute pautas levantadas pela advocacia mato-grossense



Fotos: Reprodução

POR: KEKA WERNECK
ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

Questões cruciais da advocacia foram debatidas, neste dia (6/6), em Cuiabá, no I Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT).

Gisela Cardoso, presidente da OAB-MT, conduz o evento, que pautou o combate ao golpe do falso advogado, custas judiciais, a revisão das regras publicitárias, porte de armas, a defesa das prerrogativas, honorários, ética, e diversas questões da advocacia pública e privada.

“Uma satisfação recebê-los para este momento de diálogos construtivos e escuta ativa, para buscarmos juntos soluções para a advocacia e a sociedade”, disse a presidente Gise-

la, abrindo os trabalhos.

O evento teve a participação do presidente em exercício do CFOAB, Felipe Sarmiento, dos presidentes das Subseções, conselheiros estaduais e federais, além de representantes dos órgãos do Sistema OAB.

Em sua fala, Sarmiento voltou a salientar a importância da união de toda a advocacia em torno dos mesmos objetivos, vestindo a mesma camisa, como um time coeso.

“Não existiria sistema OAB, se não tivessem as Subseções fazendo a interlocução mais próxima com o advogado que está na ponta, no interior, especialmente em Mato Grosso que é um Estado-País, com distâncias realmente enormes. Se não tivermos essa pluralidade de atuações, não conseguiríamos avançar”.

Sarmiento voltou a destacar a

inovadora conferência que Mato Grosso irá sediar, no primeiro semestre de 2026 - a Iª Conferência Nacional de Interiorização da Advocacia - evento que vem para alinhar a advocacia do país, cada vez mais una e forte.

Na pauta trazida pelos presidentes das Subseções a este primeiro Colégio da gestão 2025/2027, surgiu novamente a preocupação com a demora na expedição de alvarás e RPVs. Outra dificuldade exposta por presidentes foi a morosidade na tramitação de ações, os entraves do Núcleos de Justiça 4.0, o pagamento de Dativos, a reestruturação e a necessidade de varas, de mais Salas de Estado Maior, encaminhamentos relativos ao exercício profissional, diversos reclames relativos ao INSS, além da busca de soluções

administrativas.

O evento finalizará com a Carta de Cuiabá, que trará todos os encaminhamentos relativos aos debates.

COLÉGIO DE DELEGADOS

Também no mesmo evento, paralelamente aos presidentes das Subseções, delegados da Caixa de Assistência se reúnem, coordenados pelo presidente CAA-MT, Rodrigo Araújo, e a vice-presidente Thais Brasil. “O intuito é pensar projetos para o bem-estar da classe”, disse Araújo.

No evento, a CAA-MT anunciou diversas inovações para a advocacia, como a expansão de atendimentos com a plataforma Advmed, agora com psicólogo e nutricionista, além do acesso à plataforma Welhub (Gynpass) a aplicativos de academia para o cuidado com o corpo.

Novas estratégias e ações foram definidas entre OAB-MT e Polícia Civil para orientar a advocacia e a população sobre o golpe do falso advogado

REDAÇÃO JA

A presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, se encontrou com representantes da Polícia Civil para discutir estratégias no combate ao Golpe do Falso Advogado.

“Realizamos uma reunião muito produtiva, onde definimos novas ações para que OAB-MT e Polícia Civil possam continuar a orientar o público e oferecer apoio a advogados, advogadas e demais vítimas”, afirmou Gisela.

O delegado Wagner Bassi, Diretor Metropolitano da Polícia Civil, destacou a importância da colaboração: “Temos mantido reuniões frequentes com a



Foto: Assessoria OAB-MT

diretoria e a presidência da OAB-MT. A troca de informações tem sido fundamental nas investigações, resultando em diversas prisões devido a essa parceria.”

Uma das decisões tomadas no encontro foi a produção de vídeos explicativos em conjunto. Um dos vídeos será voltado para orientar advogados e advogadas sobre como realizar denúncias

de maneira adequada, enquanto o outro terá o objetivo de informar o público em geral sobre como se proteger contra golpistas.

“Nosso compromisso é oferecer o máximo de orientação possível. O objetivo é combater os golpes e apoiar a advocacia na defesa de todas as vítimas”, enfatizou Gisela Cardoso.

Estiveram presentes na reunião a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso; a conselheira federal e procuradora nacional adjunta de prerrogativas da OAB, Kamila Michiko; o delegado Wagner Bassi; o delegado Vinicius Nazário, da Delegacia Especializada de Estelionato e Outras Fraudes de Cuiabá; e o Delegado Regional de Cuiabá, Daniel Lemos Valente.

“Luiz Ferreira trouxe o olhar, a voz e a alma da advocacia para esse Tribunal”, diz a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso na sessão especial

POR: JUDITE ROSA
ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

“Desde outubro de 2008, o desembargador Luiz Ferreira não foi apenas um juiz, foi um elo entre o Direito e a Justiça, entre a toga e a tribuna. Sua presença neste tribunal é um símbolo de que a experiência forjada nos balcões do fórum, nos embates diários, na escuta atenta do cidadão e na defesa intransigente das garantias pode e deve transformar o judiciário. Ao despedir-se da magistratura, o desembargador Luiz Ferreira não se retira, ele permanece, permanece em cada voto que formou jurisprudência, em cada julgamento que fez valer a voz do justo e em cada colega que inspirou com a sua postura sóbria

e íntegra”, afirmou Gisela Cardoso, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), durante a sessão de homenagem ao desembargador Luiz Ferreira da Silva, marcando a sua despedida do Tribunal de Justiça (TJMT) na tarde desta quinta-feira (12), no plenário “Desembargador Wandyr Clait Duarte”.

A presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, disse que o desembargador Luiz Ferreira jamais se esqueceu de onde veio, citando a sua trajetória de militância, de esforço diário, de advogar com ética, coragem e dignidade.

“O desembargador atuou com o peso leve da sabedoria, julgou com firmeza, mas também com muita humanidade.



Essa solenidade não marca apenas a aposentadoria de um juiz, ela celebra a trajetória de um homem que ao ocupar a cadeira do Quinto Constitucional, neste tribunal, trouxe o olhar, trouxe a voz, trouxe a alma da advocacia”.

Gisela Cardoso, destacou

que “a advocacia mato-grossense lhe rende mais do que homenagens, a advocacia mato-grossense lhe rende gratidão, e deseja que essa nova etapa seja tão nobre quanto a que se encerra. Que a serenidade que sempre o guiou continue a

acompanha-lo”.

Em nome da OAB-MT, uma placa em homenagem a Luiz Ferreira da Silva foi entregue pela conselheira estadual da Seccional, Sílvia Soares Ferreira da Silva, ela que é filha do agora desembargador aposentado.

Luiz Ferreira da Silva assumiu a vaga de desembargador em 14 de outubro de 2008, na vaga de Munir Feguri, indicado pela OAB-MT. Se aposenta nesta semana ao completar 75 anos de idade. Antes de ser desembargador, nos quadros da OAB-MT atuou como conselheiro estadual, no triênio 1989-1991; foi Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) de 1998 a 2000; e presidente do TED nos triênios 2001-2003; 2004-2006 e de 2007 até 08-09-2008.

Primeira Turma define critérios objetivos para reconhecer dano moral coletivo em casos de lesão ambiental

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou sete critérios objetivos para a análise de situações de lesão ao meio ambiente que possam justificar a condenação por danos morais coletivos. Os parâmetros são os seguintes:

1) Os danos morais coletivos não advêm do simples descumprimento da legislação ambiental, exigindo constatação de injusta conduta ofensiva à natureza.

2) Os danos decorrem da prática de ações e omissões lesivas, devendo ser aferidos de maneira objetiva e in re ipsa, não estando atrelados a análises subjetivas de dor, sofrimento ou abalo psíquico da coletividade ou de um grupo social.

3) Constatada a existência de degradação ambiental, mediante alteração adversa das características ecológicas, presume-se a lesão intolerável ao meio ambiente e a ocorrência de danos morais coletivos, cabendo ao infrator o ônus de informar sua constatação com base em critérios extraídos da legislação ambiental.

4) A possibilidade de recomposição material do meio ambiente degradado, de maneira natural ou por intervenção antrópica, não afasta a existência de danos extrapatrimoniais causados à coletividade.

5) A avaliação de lesão imaterial ao meio ambiente deve tomar por parâmetro exame conjuntural e o aspecto cumulativo de ações praticadas por

agentes distintos, impondo-se a todos os corresponsáveis pela macrolesão ambiental o dever de reparar os prejuízos morais causados, na medida de suas respectivas culpabilidades.

6) Reconhecido o dever de indenizar os danos morais coletivos em matéria ambiental (an debeat), a graduação do montante reparatório (quantum debeat) deve ser efetuada à vista das peculiaridades de cada caso e tendo por parâmetro a contribuição causal do infrator e sua respectiva situação socioeconômica; a extensão e a permanência do dano; a gravidade da culpa; e o proveito obtido com o ilícito.

7) Nos biomas arrolados como patrimônio nacional pelo artigo 225, parágrafo 4º, da Constituição Federal, o dever coletivo de proteção da biota detém contornos jurídicos mais robustos, havendo dano imaterial difuso sempre que evidenciada a prática de ações ou omissões que os descaracterizem ou afetem sua integridade ecológica ou territorial, independentemente da extensão da área afetada.

Com base nesses critérios, no caso concreto analisado, o colegiado restabeleceu condenação por danos morais coletivos em caso de supressão de vegetação nativa na Amazônia Legal sem autorização dos órgãos competentes e em violação à legislação ambiental.

Apesar do parcial provimento do recurso do Ministério Público de Mato Grosso, o caso deverá retornar ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso – que

havia afastado a ocorrência dos danos morais coletivos – para análise de pedido subsidiário de redução do valor da indenização, fixada em R\$ 10 mil em primeiro grau.

Extensão da área degradada, por si só, não afasta a ocorrência de dano extrapatrimonial

Relatora do recurso, a ministra Regina Helena Costa destacou que o artigo 225, parágrafo 4º, da Constituição Federal confere proteção jurídica especial à Floresta Amazônica, à Mata Atlântica, à Serra do Mar, ao Pantanal e à Zona Costeira, ao reconhecê-los como patrimônio nacional. Para a ministra, os danos ambientais nessas áreas configuram ilícito contra bem jurídico coletivo, exigindo reparação ampla, inclusive em sua dimensão imaterial.

A magistrada ressaltou que, além da responsabilização por danos materiais, o princípio da reparação integral impõe a recomposição completa do dano ecológico, o que inclui a indenização por danos morais difusos. A ministra apontou que esses danos são presumidos (in re ipsa) e independentem de prova de sofrimento subjetivo, conforme estabelecido nos artigos 1º, inciso I, da Lei 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) e 14, parágrafo 1º, da Lei 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).

“A constatação de danos imateriais ao meio ambiente não deflui, por si só, da atuação do agressor em descompasso com as regras protetivas do meio

ambiente, reclamando, em verdade, a intolerabilidade da lesão à natureza e cuja ocorrência é presumida, cabendo ao réu afastar sua caracterização com base em critérios extraídos da legislação ambiental, diante da distribuição pro natura do ônus probatório, nos moldes da Súmula 618”, disse a ministra.

Ainda segundo Regina Helena Costa, não é possível afastar a ocorrência de danos extrapatrimoniais com base apenas na extensão da área degradada. A ministra defendeu uma análise que considere o efeito cumulativo de múltiplas ações degradantes, praticadas por diferentes agentes.

“A ilícita supressão de vegetação nativa situada na Floresta Amazônica contribui, de maneira inexorável, para a macrolesão ecológica à maior floresta tropical do planeta, cujos históricos índices de desmatamento põem em risco a integridade de ecossistema especialmente protegido pela ordem jurídica, razão pela qual todos aqueles que, direta ou indiretamente, praticam condutas deflagradoras de uma única, intolerável e injusta lesão ao bioma são corresponsáveis pelos danos ecológicos de cariz extrapatrimonial, modulando-se, no entanto, o quantum indenizatório na medida de suas respectivas culpabilidades”, concluiu.

Leia o acórdão no REsp 2.200.069.

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s): REsp 2200069

Fonte: STJ